



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS

SERVIÇO DE ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída

Documento Metodológico

Operação Estatística: Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída

Código: 107

Versão: 2.0

ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO	3
II.	CARACTERIZAÇÃO GERAL	3
1	Código/ Versão /Data	3
2	Código SIGINE	3
3	Designação	4
4	Actividade Estatística/Família de Actividades/Área de Actividade	4
5	Objectivos	4
6	Descrição	4
7	Entidade Responsável	5
8	Relacionamento com o EUROSTAT / Outras Entidades	5
9	Financiamento	5
10	Enquadramento Legal	5
11	Obrigatoriedade de resposta	6
12	Tipo de Operação Estatística	6
13	Tipo de Fonte(s) de Informação Utilizada(s)	6
14	Periodicidade de realização da operação	6
15	Âmbito Geográfico da operação	6
16	Utilizadores da Informação	6
17	Data de início	6
18	Produtos	6
III.	CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA	7
19.	População	7
20.	Base de amostragem	7
21.	Unidade(s) Amostral(is)	8
22.	Unidade(s) de Observação	8
23.	Desenho da Amostra	8
24.	Desenho do Questionário	8
25.	Recolha de dados	9
26.	Tratamento dos dados	10
27.	Tratamento de não respostas	10
28.	Estimação e obtenção de resultados	10
29.	Séries Temporais	12
30.	Confidencialidade dos dados	12
31.	Avaliação da Qualidade Estatística	13
IV.	CONCEITOS	14
V.	CLASSIFICAÇÕES	16
VI.	VARIÁVEIS	17
32.	Variáveis de Observação	17
33.	Variáveis Derivadas	17
34.	Informação a disponibilizar	17
VI.	SUPORTES DE RECOLHA	17
35.	Questionário	17
35.	Ficheiros	17
VII.	ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	18
VIII.	BIBLIOGRAFIA	18

I. INTRODUÇÃO

O Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída (IMMS) surgiu em 1992 da necessidade de obter informação estatística relativa à emigração em Portugal, após a entrada em vigor do Decreto-lei 438/88 de 29 de Novembro onde foi abolido o passaporte de emigrante. O passaporte de emigrante era, até então, a fonte administrativa utilizada para a recolha de informação estatística relativa ao fluxo emigratório de nacionais.

Este inquérito foi alvo de algumas alterações metodológicas, tendo sido efectuados testes ao questionário inicial, com um inquérito-piloto realizado em 1992. Em 2009, o questionário do IMMS foi sujeito a algumas alterações, reduzindo-se o número de variáveis a inquirir relativamente à caracterização dos indivíduos.

O IMMS é utilizado como método de recolha da informação estatística relativa ao movimento emigratório dos residentes em Portugal e funciona como um anexo ao IE. Trata-se de um inquérito por amostragem que visa obter informação estatística sobre o movimento emigratório dos residentes em Portugal, quer sejam portugueses ou não, que deixam anualmente Portugal para trabalhar ou viver no estrangeiro. Esta informação serve de *input* no cálculo das estimativas anuais da população residente.

As razões da apresentação de uma nova versão do Dmet, em 2010 estão relacionadas, com a necessidade de reformulação do respectivo questionário, com o objectivo de o adaptar aos dois métodos de recolha a utilizar pelo Inquérito ao Emprego (IE): CAPI e CATI, bem como, com alterações metodológicas, ocorridas tanto no IE, como no IMMS. Referem-se como principais alterações no IMMS: o reforço da amostra, passando a considerar-se para efeitos de apuramento (informação do ano n-1) das variáveis do IMMS, a amostra completa do 1º trimestre do ano n acrescida de 3 rotações do ano n-1 do IE (na versão anterior eram consideradas apenas a amostra completa do 1º trimestre do ano n acrescida de 1 rotação do ano n-1 do IE) e que doravante serão objecto de inquirição apenas no 1º trimestre de cada ano (na versão anterior a única rotação acrescida referia-se ao ano n-1 e era inquirida no 4º trimestre do ano). Por último, foi ainda acrescentada uma questão relativa ao país de nascimento dos inquiridos.

II. CARACTERIZAÇÃO GERAL

1. Código/ Versão /Data

107 / 2.0 / Janeiro 2011

2. Código SIGINE

DM0004

3. Designação

Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída

4. Actividade Estatística/Família de Actividades/Área de Actividade

Área: 31. População

Família: 313. Estatísticas das Migrações

Actividade: 236. Estatísticas da Emigração

5. Objectivos

O IMMS é um inquérito que tem como principais objectivos:

- Obter informação estatística que permita quantificar e caracterizar os indivíduos, nacionais ou estrangeiros, que deixam anualmente o país para trabalhar ou viver no estrangeiro, por um período igual ou superior a 3 meses (movimento emigratório dos residentes em Portugal).
- Servir como informação de *input*, à produção de estimativas anuais da população residente e simultaneamente, para a produção de estimativas de emigração no âmbito do Regulamento (CE) nº 862/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Julho de 2007 (estatísticas sobre migração e protecção internacional).

6. Descrição

O IMMS é um inquérito por recolha directa, por amostragem, utilizado para recolher a informação estatística relativa ao movimento emigratório dos residentes em Portugal e funciona em anexo com o IE.

Os tipos de unidades observadas são o agregado doméstico privado e o indivíduo.

A recolha da informação é feita por meio de um questionário electrónico: No IE a 1ª entrevista ao alojamento é presencial assistida por computador (CAPI); as entrevistas seguintes realizam-se através do telefone (CATI), salvo indicação contrária ou impossibilidade por parte das famílias. A amostra do IMMS é constituída pelas seis rotações do IE no primeiro trimestre do ano n e pelas 3 rotações que saíram do IE no 2º, 3º e 4º trimestre do ano $n-1$. As entrevistas realizadas a estas últimas rotações, bem como às 5 rotações do IE em entrevista sucessiva no 1º trimestre do ano n são realizadas em modo CATI, salvo indisponibilidade absoluta do contacto telefónico (neste caso e no que reporta às 3 rotações que saíram do IE no 2º, 3º e 4º trimestre do ano $n-1$ estas não serão inquiridas, no que reporta às 5 rotações do IE serão inquiridas em CAPI). As entrevistas realizadas à rotação de entrada do IE no 1º trimestre do ano n são realizadas em modo CAPI.

As questões do IMMS encontram-se inseridas a seguir ao quadro de indivíduos que respondem às questões do IE.

A recolha de informação obedece, no geral, aos mesmos critérios que os estipulados para o IE. Contudo, no IMMS deverão ser inquiridos todos os indivíduos que durante o ano $n-1$ fizeram

parte do agregado, independentemente de no momento da entrevista pertencerem ou não ao mesmo (neste caso, será admitido respostas de indivíduos proxy).

A recolha decorrerá no 1º trimestre do ano n, incidindo as questões sobre eventos emigratórios ocorridos no ano n-1.

7. Entidade Responsável

Unidade orgânica: Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais

Serviço de Estatísticas Demográficas (DES/DM)

Contacto: Cláudia Pina

claudia.pina@ine.pt

Telefone: +351 21 844 04 06

Fax: +351 21 842 63 65

8. Relacionamento com o EUROSTAT / Outras Entidades

Eurostat – Unit F1: Demographic and Migration Statistics

Contacto: Mr. David Thorogood

estat-secretariat-migration@ec.europa.eu

david.thorogood@eu.europa.eu

Telefone: (+352) 4301 35487

Fax: (+352) 4301 34029

9. Financiamento

Nacional

10. Enquadramento Legal

Não existe enquadramento legal específico, directo para esta operação, indirectamente tem aplicação o Regulamento (CE) nº 862/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Julho de 2007, relativo às estatísticas comunitárias sobre migração e protecção internacional.

11. Obrigatoriedade de resposta

Esta operação estatística está inserida no SEN (Sistema Estatístico Nacional).

12. Tipo de Operação Estatística

Inquérito amostral.

13. Tipo de Fonte(s) de Informação Utilizada(s)

Directa.

14. Periodicidade de realização da operação

Anual.

15. Âmbito Geográfico da operação

Portugal.

16. Utilizadores da Informação

Internos (ao SEN)

INE: DES/DM

É actualmente, um produto de utilização exclusivamente interna, servindo como *input* para o cálculo das estimativas anuais da população residente (conforme referido no ponto 18 – tipo de produto).

17. Data de início

1992

18. Produtos

Padrão de qualidade

Disponibilização dos dados relativos ao ano n-1 e recolhidos no 1º trimestre do ano n, em Abril/Maio do ano n, como *input* para o cálculo das estimativas anuais da população.

Designação

Estatísticas da Emigração

Tipo de produto

Base de dados a utilizar internamente pelo DES/DM como *input* para o cálculo das estimativas anuais da população residente e, simultaneamente para a produção de estimativas de emigração no âmbito do Regulamento (CE) nº 862/2007 (estatísticas das migrações).

Periodicidade de Disponibilização

Anual

Nível Geográfico

Portugal

Tipo de disponibilização

Não aplicável.

II – CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

19. População

Universo – População residente em território nacional.

Universo de referência – População residente, em alojamentos de residência principal, que durante o ano $n-1$ fizeram parte do agregado familiar e deixaram o país para viver no estrangeiro, por um período igual ou superior a 3 meses, independentemente de no momento da entrevista pertencerem ou não ao mesmo.

20. Base de amostragem

O IMMS utiliza o ficheiro de alojamentos familiares “Amostra-mãe”, que o INE utiliza para a realização de inquéritos junto das famílias e que foi construída a partir dos dados do Recenseamento da População e Habitação de 2001 (Censos 2001).

21. Unidade(s) Amostral(is)

Alojamento familiar de residência principal.

22. Unidade(s) de Observação

Indivíduo.

23. Desenho da Amostra

O IMMS é um módulo anexo ao IE, sendo as características da amostra, a metodologia de dimensionamento, a dimensão e a gestão da amostra, bem como o software utilizado, idênticos aos utilizados pelo IE. No que se refere ao processo de recolha, a entrevista do IMMS é realizada imediatamente a seguir à conclusão da entrevista do IE pelo mesmo entrevistador e no mesmo suporte informático, recorrendo apenas a um questionário próprio.

Por questões metodológicas, considera-se para efeitos de apuramento (informação do ano $n-1$) das variáveis do IMMS, a amostra completa do 1º trimestre do ano n acrescida de 3 rotações do ano $n-1$ do IE (estas não serão objecto de inquirição para o IE nesse trimestre), conforme esquema seguinte:

2tn-1	IE	IE	IE	IE	IE	IE			
3tn-1		IE	IE	IE	IE	IE	IE		
4tn-1			IE	IE	IE	IE	IE	IE	
1tn	IMMS (CATI)	IMMS (CATI)	IMMS (CATI)	IMMS (CATI)	IMMS (CATI)	IMMS (CATI)	IMMS (CATI)	IMMS (CATI)	IMMS (CATI)

Verifica-se assim um reforço da amostra com a inclusão de mais duas rotações comparativamente à versão anterior, sendo que todas serão objecto de inquirição apenas no 1º trimestre de cada ano.

24. Desenho do Questionário

Este inquérito foi alvo de algumas alterações metodológicas, tendo sido efectuados testes ao questionário inicial, com um inquérito-piloto realizado em 1992.

Em 2009, o questionário do IMMS foi sujeito a algumas alterações, reduzindo-se o número de variáveis a inquirir relativamente à caracterização dos indivíduos.

Em 2010 procedeu-se à reformulação do questionário, assente sobretudo na necessidade de adaptação aos dois métodos de recolha a utilizar - CAPI e CATI - resultantes das alterações do IE. Foi ainda introduzida uma nova questão sobre o país de nascimento dos inquiridos.

25. Recolha de dados

Período de Referência dos dados

Ano $n-1$

Período de Recolha

1º trimestre ano n

Método de Recolha

Estão previstos dois métodos de recolha directa assistida por computador: CAPI para a primeira entrevista e CATI nas entrevistas seguintes.

Insistências / Tratamento de recusas

Sendo um questionário anexo ao IE, segue os critérios deste: *No modo de recolha CAPI, o número de insistências é definido pelos entrevistadores, em função das deslocações que poderão realizar à área dentro do período de recolha. As recusas devem ser reportadas ao supervisor, que fará a tentativa de reversão.*

No que se refere ao modo de recolha CATI, o número de insistências corresponde ao número de contactos que poderão ser realizados no período de recolha, de acordo com os agendamentos efectuados. No caso das recusas, são igualmente feitas tentativas de reversão por parte dos supervisores estando também previsto o envio de circulares.

Critério utilizado para fecho do inquérito e avaliação do sucesso do processo de insistências

Sendo um questionário anexo ao IE, segue os mesmos critérios: *3 semanas após o final do período de referência*

Software utilizado

A recolha dos dados no modo de recolha CAPI é realizada em suporte informático, através da aplicação GPIE – REG. Esta aplicação foi desenvolvida pelo DMSI, em VISUAL BASIC 6.0, com recurso ao SGBD SQL*Server.

No que se refere à recolha dos dados no modo CATI, a gestão dos contactos e a ligação à aplicação GPIE – REG é assegurada pela plataforma Altitude, assim como o módulo de supervisão.

Possibilidade de inquiridos Proxy

Sim

Utilização de incentivos

Não aplicável

Formação aos entrevistadores

No âmbito do IE, foi efectuada formação aos entrevistadores nomeadamente no que se reporta aos dois métodos de recolha directa assistida por computador: CAPI para a primeira entrevista e CATI nas entrevistas seguintes.

Adicional e especificamente para o IMMS, foi distribuído o “Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída - Manual do Entrevistador”, assim como um vídeo formativo de apresentação do inquérito e dos seus percursos.

26. Tratamento dos dados

A informação é recolhida em suporte informático. O registo e validação (validações de percurso e validações de coerência) são feitos em simultâneo com o acto da entrevista.

O software utilizado para exploração da base de dados é o Business Intelligence (operacional e Datawarehouse), que permite o apuramento de qualquer variável, de acordo com as especificações pretendidas, desde que previstas no inquérito e respeitando a qualidade da informação (atendendo aos erros de amostragem que lhe estejam associados). Para além das variáveis de recolha, o DMSI/ME incluirá também nesta base os ponderadores.

27. Tratamento de não respostas

Não aplicável

28. Estimação e obtenção de resultados

O cálculo das estimativas tem como base a aplicação, a cada unidade estatística da amostra, de um ponderador que resulta do produto de três factores:

- um ponderador inicial, baseado no desenho da amostra, dado pelo inverso da sua probabilidade de selecção;
- um factor de correcção para as não-respostas para compensar o efeito provocado por estas na dimensão da amostra;
- um factor que calibra (ou ajusta) a amostra, para efectivos ou totais conhecidos sobre a população utilizando informação externa ao inquérito, através de um método denominado “ajustamento por margens”. As margens utilizadas (variáveis auxiliares) foram as estimativas independentes da população por região NUTS II, por NUTS III ou

por agregações de NUTS III segundo o sexo e cinco escalões etários (0-14; 15-29; 30-44; 45-59; ≥ 60).

Se o parâmetro a estimar for um total (\hat{Y}) ou um quociente (\hat{R}), a expressão do estimador será, respectivamente,

$$\hat{Y} = \sum_{k \in s} w_k y_k \quad \text{e} \quad \hat{R} = \frac{\hat{Y}}{\hat{Z}} = \frac{\sum_{k \in s} w_k y_k}{\sum_{k \in s} w_k z_k},$$

onde,

\hat{Z} - estimador do total da característica Z ;

y_k - valor da característica Y para a unidade k da amostra;

z_k - valor da característica Z para a unidade k da amostra;

w_k - ponderador final associado à unidade k da amostra.

O ponderador final associado à unidade k da amostra é calculado utilizando o método do “ajustamento por margens”. Este, consiste em escolher uma função, que minimiza as distâncias entre os ponderadores iniciais e os ponderadores finais ajustados, sujeita às condições de ajustamento. Estas condições garantem que as variáveis auxiliares, extrapoladas com os ponderadores ajustados, sejam iguais aos totais populacionais conhecidos.

Para a solução prática deste problema, utiliza-se uma macro em SAS denominada CALJACK, escrita por N. Bernier e P. Lavallé (Statistics Canada), que combina a macro CALMAR¹ desenvolvida por O. Sautory (INSEE, França) e a técnica JACKKNIFE para a estimação de variâncias.

A macro CALJACK dispõe de sete funções distância à escolha do utilizador sendo a usual no IE a do “método logit (método ranking ratio com limites)” e que é dada por:

¹ Do francês CALage sur MARGes

$$G(x)=\begin{cases} \left((x-L)\text{Log}\frac{x-L}{1-L}+(U-x)\text{Log}\frac{U-x}{U-1} \right) \frac{1}{A}, & \text{se } L < x < U \\ \left((U-L)\text{Log}\frac{U-L}{U-1} \right) \frac{1}{A}, & \text{se } x \leq L \\ \left((U-L)\text{Log}\frac{U-L}{1-L} \right) \frac{1}{A}, & \text{se } x \geq U \end{cases}$$

$$\text{em que } A = \frac{U-L}{(1-L)(U-1)} \quad \text{e} \quad F(u) = \frac{L(U-1)+U(1-L)\exp(Au)}{U-1+(1-L)\exp(Au)} \in IR$$

Este método tem a vantagem de conduzir sempre a pesos positivos e de garantir que a relação entre os ponderadores ajustados (finais) e os ponderadores iniciais, (w_k/d_k) , seja limitada inferiormente por L e superiormente por U .

Software utilizado

SAS (macro CALJACK)

29. Séries Temporais

Não aplicável.

30. Confidencialidade dos dados

Não se aplica uma vez que a base de dados não será alvo de divulgação. Os resultados serão utilizados como *input* para o cálculo das estimativas anuais da população residente, bem como para dar resposta ao Regulamento (CE) nº 862/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Julho de 2007, relativo às estatísticas comunitárias sobre migração e protecção internacional.

31. Avaliação da Qualidade Estatística

A metodologia seguida para avaliar o parâmetro da qualidade – Precisão - é a seguinte:

Estimação da Variância e tipo de estimador utilizado

Quando se está perante um esquema de amostragem complexo ou de estimadores não lineares, como é o caso dos estimadores baseados numa ponderação de pós-estratificação ou e ajustamento por margens, em que não existe nenhuma fórmula específica para o cálculo da variância, pode utilizar-se um método denominado “Jackknife”.

Este método consiste em dividir aleatoriamente a amostra s em g grupos de igual dimensão, denominados “grupos” e constituir subamostra retirando à amostra completa cada um dos grupos. A partir de cada subamostra calcula-se a estimativa da característica em relação à qual se pretende calcular o erro de amostragem. Uma vez calculadas todas as estimativas com cada uma das subamostra, assim como a estimativa dada pela amostra completa, o estimador da variância vem dado por:

$$\text{vâr}(\hat{\theta}) = \frac{(g-1)}{g} \sum_{\alpha=1}^g (\hat{\theta}_{\alpha} - \hat{\theta})^2,$$

onde $\hat{\theta}$ é um estimador de θ e $\hat{\theta}_{\alpha}$ o estimador de θ quando se retira da amostra completa a réplica α .

Pode falar-se em precisão de um estimador em termos absolutos ou em termos relativos. A variância ou o desvio padrão são medidas do erro absoluto e são sempre calculados na mesma unidade das observações. O coeficiente de variação (cv) de um estimador $\hat{\theta}$ é medido em termos relativos e é dado pelo quociente entre o desvio padrão do estimador e o valor do parâmetro a estimar. Genericamente, o cv (em %) vem dado por:

$$cv(\hat{\theta}) = \frac{\sqrt{\text{vâr}(\hat{\theta})}}{\hat{\theta}} \times 100\%.$$

Software utilizado: SAS (macro CALJACK)

Intervalos de confiança utilizados

É possível construir-se um intervalo de confiança para cada estimativa utilizando-se o coeficiente de variação estimado. O intervalo reflecte a confiança (medida entre 0 e 1) que possuímos, sobre a hipótese de repetibilidade da experiência, em que o verdadeiro valor do parâmetro (desconhecido), θ , esteja compreendido entre os limites do intervalo. Os dois níveis de confiança utilizados na construção dos intervalos são 68 e 95% e dão origem aos seguintes intervalos de confiança:

- $\theta \in \left[\hat{\theta} \pm cv(\hat{\theta}) \cdot \hat{\theta} \right]$, com um nível de confiança de 68%;
- $\theta \in \left[\hat{\theta} \pm 1,96.cv(\hat{\theta}) \cdot \hat{\theta} \right]$, com um nível de confiança de 95%.

Recomendações Nacionais e Internacionais

Esta operação estatística segue as recomendações das Nações Unidas para as Estatísticas das Migrações Internacionais, bem como as recomendações comunitárias emanadas do regulamento (CE) nº 862/ 2007 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Julho de 2007, relativo às estatísticas comunitárias sobre migração e protecção internacional.

III - CONCEITOS

Código: 159

Designação: AGREGADO DOMÉSTICO PRIVADO

Definição: Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior.

Nota: Os hóspedes com pensão alimentar, os casais residindo com os pais e os filhos/hóspedes, bem como outras pessoas, são incluídos no agregado doméstico privado, desde que as despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) sejam, habitualmente, suportadas por um orçamento comum. São ainda considerados como pertencentes ao agregado doméstico privado o(a)s empregados domésticos que coabitem no alojamento.

Código: 1485

Designação: ALOJAMENTO FAMILIAR

Definição: Alojamento que, normalmente, se destina a alojar apenas uma família e não é totalmente utilizado para outros fins no momento de referência.

Código: 171

Designação: EMIGRANTE PERMANENTE

Definição: Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou com a intenção de residir noutro país por um período contínuo igual ou superior a um ano.

Código: 172

Designação: EMIGRANTE TEMPORÁRIO

Definição: Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou, com a intenção de residir noutro país por um período inferior a um ano.

NOTA: Excluem-se desta situação as deslocações com carácter de: turismo, negócios, estudo, saúde, religião ou outro de igual teor.

Código: 180

Designação: IDADE

Definição: Intervalo de tempo que decorre entre a data do nascimento (dia, mês e ano) e as 0 horas da data de referência. A idade é expressa em anos completos, salvo se tratar de crianças com menos de 1 ano, devendo nestes casos ser expressa em meses, semanas ou dias completos.

Código: 198

Designação: NACIONALIDADE

Definição: Cidadania legal da pessoa no momento de observação; são consideradas as nacionalidades constantes no bilhete de identidade, no passaporte, no título de residência ou no certificado de nacionalidade apresentado. As pessoas que, no momento de observação, tenham pendente um processo para obtenção da nacionalidade, devem ser considerados com a nacionalidade que detinham anteriormente.

Código: 201

Designação: NATURALIDADE

Definição: Considera-se naturalidade o local do nascimento ou o local da residência habitual da mãe à data do nascimento. Para determinados fins estatísticos deve-se considerar preferencialmente o local da residência habitual da mãe à data do nascimento.

Código: 3642

Designação: RESIDÊNCIA PRINCIPAL / HABITUAL

Definição: Alojamento que constitui a residência de pelo menos um agregado familiar durante a maior parte do ano, ou para onde um agregado tenha transferido a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Código : 3823

Designação : RESIDENTE NO ALOJAMENTO

Definição : Pessoa que, no período de referência, está presente no alojamento, sendo este a sua residência principal ou que, estando ausente, não ocupa outro alojamento de forma permanente.

IV - CLASSIFICAÇÕES

Código: V00153

Designação: Sexo

Código: V00460

Sigla: Iso Alpha 2

Designação: Códigos para a Representação dos Nomes dos Países

Código: V00284

Designação: Mês

Código: V00708

Designação: Escalões de idade, variante 33

Código: V02426

Designação: Escalões de tempo de permanência no estrangeiro (2)

Código: V02427

Designação: Países de nacionalidade (1)

Código: V02428

Designação: Países de destino (migrações)

V- VARIÁVEIS

33. Variáveis de Observação

Ver, **Anexo 1**

34. Variáveis Derivadas

Ver, **Anexo 2**

35. Informação a disponibilizar

Não aplicável. A informação obtida serve como *input* na produção das estimativas anuais da população residente.

VI – SUPORTES DE RECOLHA

36. Questionário

Instrumento de Notação nº 10000

37. Ficheiros

Não se aplica

VII – ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

Código	Designação	Definição
5079	CAPI	Entrevista Presencial Assistida por Computador
5078	CATI	Computer Assisted Telephone Interview
4099	DES	Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais
7697	DM	Serviço de Estatísticas Demográficas
4118	DMSI	Departamento de Metodologia e de Sistemas de Informação
3136	DRI	Departamento de Recolha de Informação
4134	Eurostat	Serviço de Estatística das Comunidades Europeias
7319	GPIE	Gestão de processos de inquéritos por entrevista
4165	IE	Inquérito ao Emprego
5726	IMMS	Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída
4172	INE	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
5830	ISO alpha2	Norma Internacional – Códigos para a Representação dos Nomes dos Países
4201	NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
4203	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
4209	ONU	Organização das Nações Unidas
2144	SAS	Statistics Analysis System
4226	SEN	Sistema Estatístico Nacional
4229	SIGINE	Sistema de Informação de Gestão do INE
3399	SME	Serviço de Métodos Estatísticos
5778	SQL	Structured Query Language

VIII – BIBLIOGRAFIA

- ONU, Recommendations on Statistics of International Migration, Revision 1, New York, 1998
- Regulamento (CE) nº 862/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Julho de 2007, relativo às estatísticas comunitárias sobre migração e protecção internacional.

(Ver, **Anexo 3**)

ANEXO 1

Questão	Variável (código do questionário)	Variável de Observação (Designação)	Unidade Estatística	Unidade de Medida	Classificações			
					Sigla	Designação	Nível	OBS
IE	AREA_AM	Área da Amostra-Mãe	Alojamento	-		-	-	
IE	N_ALOJ_AM	Número do alojamento na área AM	Alojamento	-		-	-	
IE		Alojamento	Alojamento	-		-	-	
IE	ROTACAO	Rotação do alojamento	Alojamento	-		-	-	
		Número de ordem do indivíduo	Indivíduo	-		-	-	
E01a	V9000	Listagem de indivíduos residentes no alojamento	Indivíduo	-		-	-	
E01a	V9010	Indivíduos residentes no alojamento e emigrantes	Indivíduo	-		Tipologia Sim/Não	-	
E01a	V9011	Total de indivíduos residentes no alojamento e emigrantes	Indivíduo	-		-	-	
E01b	V9012	Outros emigrantes (não residentes)	Indivíduo	-		Tipologia Sim/Não	-	
E01c	V9013	Listagem de indivíduos não residentes no alojamento e emigrantes	Indivíduo	-		-	-	
E01c	V9014	Total de indivíduos não residentes no alojamento e emigrantes	Indivíduo	-		-	-	
E02	V9020_1	Data de nascimento do indivíduo	Indivíduo	-		-	-	
E02	V9020_2	Idade do indivíduo	Indivíduo	Anos		Idade	-	[0,120]
E03	V9030	Sexo do indivíduo	Indivíduo	-	V00153	Sexo	2	
E04a	V9040	Nacionalidade Portuguesa do indivíduo	Indivíduo	-	V00180	Tipologia Sim/Não	1	9 - Ignorado
E04b	V9050	Nacionalidade do indivíduo	Indivíduo	-	V00460	ISO 3166-1 - Norma Internacional - Códigos para a Representação dos Nomes dos Países (ISO alpha2)	1	99 - Ignorado
E05a	V9060_2	Naturalidade Portuguesa do indivíduo	Indivíduo	-	V00180	Tipologia Sim/Não	1	9 - Ignorado
E05b	V9070	Naturalidade (País) do indivíduo	Indivíduo	-	V00460	ISO 3166-1 - Norma Internacional - Códigos para a Representação dos Nomes dos Países (ISO alpha2)	1	99 - Ignorado AP - Apátrida

ANEXO 2

Questão	Variável (código do questionário)	Variável de Observação (Designação)	Unidade Estatística	Unidade de Medida	Classificações				
					Sigla	Designação	Nível	Fórmula	OBS
	V9020_2	Idade do indivíduo	Indivíduo	Anos		Idade		(31/12/N-1)- V9020_1; sendo N = Ano entrevista	[0, 120]
	V9055	Nacionalidade do indivíduo	Indivíduo	-	V00460	ISO 3166-1 - Norma Internacional - Códigos para a Representação dos Nomes dos Países (ISO alpha2)	Pais	IF V9040 = 1 => V9055 ="PT"; IF V9040 = 9 => V9055 = "99"; IF V9040 = 2 => V9055 = V9050	99 - Ignorado
	V9075	Naturalidade (País) do indivíduo	Indivíduo	-	V00460	ISO 3166-1 - Norma Internacional - Códigos para a Representação dos Nomes dos Países (ISO alpha2)	Pais	IF V9060 = 1 => V9075 ="PT"; IF V9060 = 9 => V9075 = "99"; IF V9060 = 2 => V9075 = V9070	99 - Ignorado AP - Apátrida

ANEXO 3

REGULAMENTO (CE) n.º 862/2007 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO**de 11 de Julho de 2007****relativo às estatísticas comunitárias sobre migração e protecção internacional e que revoga o Regulamento (CEE) n.º 311/76 do Conselho relativo ao estabelecimento de estatísticas sobre trabalhadores estrangeiros****(Texto relevante para efeitos do EEE)**

O PARLAMENTO EUROPEU E O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia, nomeadamente o n.º 1 do artigo 285.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social Europeu ⁽¹⁾,

Deliberando nos termos do artigo 251.º do Tratado ⁽²⁾,

Considerando o seguinte:

- (1) Nas suas conclusões, o Conselho «Justiça e Assuntos Internos», de 28 e 29 de Maio de 2001, considerou que, no que respeita à análise comum e à melhoria do intercâmbio de estatísticas sobre o asilo e a migração, era necessário um quadro global e coerente para as futuras acções destinadas a melhorar estas estatísticas.
- (2) Em Abril de 2003, a Comissão publicou uma Comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu destinada a apresentar um plano de acção para a recolha e a análise de estatísticas comunitárias no domínio das migrações. Este plano de acção introduz diversas alterações importantes, destinadas a melhorar a exaustividade e o grau de harmonização destas estatísticas. Ao abrigo do plano de acção, a Comissão tencionava propor legislação relativa às estatísticas comunitárias sobre migração e asilo.
- (3) Nas suas conclusões, o Conselho Europeu de Salónica, de 19 e 20 de Junho de 2003, reconheceu a necessidade de mecanismos mais eficazes para recolher e analisar as informações sobre migração e asilo na União Europeia.
- (4) Na sua resolução de 6 de Novembro de 2003 ⁽³⁾ sobre a citada Comunicação da Comissão, o Parlamento Europeu considerou necessária a existência de legislação que assegurasse a produção de estatísticas globais, necessárias para

a elaboração de políticas comunitárias equitativas e eficazes em matéria de migração. A resolução apoia o plano da Comissão de propor legislação relativa às estatísticas comunitárias sobre migração e asilo.

- (5) O alargamento da União Europeia conferiu uma nova dimensão geográfica e política à escala dos fenómenos associados à migração. Veio igualmente reforçar a procura de informações estatísticas precisas, atempadas e harmonizadas. Verifica-se também uma necessidade crescente de informações estatísticas sobre a profissão, os níveis de educação, as qualificações e o tipo de actividade dos migrantes.
- (6) As estatísticas comunitárias sobre migração e asilo harmonizadas e comparáveis são essenciais para a elaboração e o acompanhamento da legislação e das políticas comunitárias em matéria de imigração e asilo, bem como de livre circulação dos indivíduos.
- (7) É necessário reforçar o intercâmbio de informações estatísticas sobre o asilo e a migração e melhorar a qualidade das recolhas de estatísticas comunitárias e dos seus resultados, as quais têm, até agora, sido realizadas com base numa série de acordos informais.
- (8) É essencial que estejam disponíveis informações em toda a União Europeia, destinadas a acompanhar a elaboração e a aplicação da legislação e das políticas comunitárias. Em geral, a prática actual não garante suficientemente o envio e a divulgação de dados harmonizados de maneira uniforme, regular, atempada e rápida.
- (9) O presente regulamento não cobre estimativas do número de indivíduos que residem ilegalmente nos Estados-Membros. Os Estados-Membros não deverão transmitir à Comissão (Eurostat) quaisquer estimativas ou dados sobre esses indivíduos, embora possam ser incluídos nas estimativas resultantes de inquéritos por amostragem.
- (10) Sempre que possível, as definições utilizadas para efeitos do presente regulamento baseiam-se nas Recomendações das Nações Unidas para as Estatísticas sobre as Migrações Internacionais, nas Recomendações das Nações Unidas para os Recenseamentos da População e Habitação na Região da CEE ou na legislação comunitária e deverão ser actualizadas de acordo com os procedimentos aplicáveis.

⁽¹⁾ JO C 185 de 8.8.2006, p. 31.

⁽²⁾ Parecer do Parlamento Europeu de 14 de Março de 2007 (ainda não publicado no Jornal Oficial) e decisão do Conselho de 12 de Junho de 2007.

⁽³⁾ JO C 83 E de 2.4.2004, p. 94.

- (11) As novas necessidades da Comunidade em matéria de estatísticas sobre migração e asilo tornam obsoleto o Regulamento (CEE) n.º 311/76 do Conselho, de 9 de Fevereiro de 1976, relativo ao estabelecimento de estatísticas sobre trabalhadores estrangeiros ⁽¹⁾.
- (12) O Regulamento (CEE) n.º 311/76 deve, por conseguinte, ser revogado.
- (13) Atendendo a que o objectivo do presente regulamento é instituir regras comuns para a recolha e o tratamento de estatísticas comunitárias sobre migração e protecção internacional não pode ser suficientemente realizado pelos Estados-Membros e pode, pois, devido à dimensão e aos efeitos da acção, ser melhor alcançado ao nível comunitário, a Comunidade pode adoptar medidas em conformidade com o princípio da subsidiariedade consagrado no artigo 5.º do Tratado. De acordo com o princípio da proporcionalidade consagrado nesse mesmo artigo, o presente regulamento não excede o necessário para alcançar aquele objectivo.
- (14) O Regulamento (CE) n.º 322/97 do Conselho, de 17 de Fevereiro de 1997, relativo às estatísticas comunitárias ⁽²⁾, constitui o quadro de referência do presente regulamento. Esse regulamento requer em especial o respeito pela imparcialidade, fiabilidade, objectividade, isenção científica, relação custo-eficácia e confidencialidade estatística.
- (15) As medidas necessárias à aplicação do presente regulamento deverão ser aprovadas nos termos da Decisão 1999/468/CE do Conselho, de 28 de Junho de 1999, que fixa as regras de exercício das competências de execução atribuídas à Comissão ⁽³⁾.
- (16) Em especial, deverá ser atribuída competência à Comissão para actualizar as definições, decidir da agregação de dados e de desagregações suplementares e definir as regras relativas à precisão e às normas de qualidade. Atendendo a que têm alcance geral e se destinam a alterar elementos não essenciais do presente regulamento e a completá-lo, mediante o aditamento de novos elementos não essenciais, essas medidas devem ser aprovadas pelo procedimento de regulamentação com controlo a que se refere o artigo 5.º-A da Decisão 1999/468/CE.
- (17) O Comité do Programa Estatístico, criado pela Decisão 89/382/CEE, Euratom, de 19 de Junho de 1989, que cria o Comité do Programa Estatístico das Comunidades Europeias ⁽⁴⁾, foi consultado pela Comissão nos termos do artigo 3.º da referida decisão,

ADOPTARAM O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Objecto

O presente regulamento estabelece regras comuns para a recolha e o tratamento de estatísticas comunitárias sobre:

- a) A emigração e a imigração de e para os territórios dos Estados-Membros, incluindo os fluxos do território de um Estado-Membro para o território de outro Estado-Membro e os fluxos entre um Estado-Membro e o território de um país terceiro;
- b) A nacionalidade e o país de nascimento dos indivíduos com residência habitual no território dos Estados-Membros;
- c) Os procedimentos administrativos e os processos judiciais nos Estados-Membros em matéria de imigração, de concessão de autorizações de residência, de nacionalidade, de asilo e de outras formas de protecção internacional e de prevenção da imigração ilegal.

Artigo 2.º

Definições

1. Para efeitos do presente regulamento, entende-se por:
 - a) «Residência habitual», o local onde o indivíduo passa habitualmente o seu período de descanso quotidiano, independentemente de ausências temporárias por motivos de lazer, férias, visitas a amigos e familiares, actividade profissional, tratamento médico ou peregrinação religiosa ou, na falta desses dados, o local da sua residência legal ou registada;
 - b) «Imigração», a acção pela qual um indivíduo que residia habitualmente num Estado-Membro ou num país terceiro estabelece a sua residência habitual no território de outro Estado-Membro por um período cuja duração real ou prevista é, no mínimo, de doze meses;
 - c) «Emigração», a acção pela qual um indivíduo que residia habitualmente no território de um Estado-Membro deixa de aí residir por um período cuja duração real ou prevista é, no mínimo, de doze meses;
 - d) «Nacionalidade», a ligação jurídica especial entre um indivíduo e o seu Estado, adquirida por nascimento ou por naturalização, na sequência de declaração, opção, casamento ou outro meio, nos termos da legislação nacional;

⁽¹⁾ JO L 39 de 14.2.1976, p. 1.

⁽²⁾ JO L 52 de 22.2.1997, p. 1. Regulamento alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1882/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 284 de 31.10.2003, p. 1).

⁽³⁾ JO L 184 de 17.7.1999, p. 23. Decisão alterada pela Decisão 2006/512/CE (JO L 200 de 22.7.2006, p. 11).

⁽⁴⁾ JO L 181 de 28.6.1989, p. 47.

- e) «País de nascimento», o país de residência (nas suas fronteiras actuais, se a informação estiver disponível) da mãe à data do nascimento, ou, na sua falta, o país (nas suas fronteiras actuais, se a informação estiver disponível) em que o nascimento teve lugar;
- f) «Imigrante», o indivíduo que empreende a acção de imigrar;
- g) «Emigrante», o indivíduo que empreende a acção de emigrar;
- h) «Residente de longa duração», o titular do estatuto de residente de longa duração na acepção da alínea b) do artigo 2.º da Directiva 2003/109/CE do Conselho, de 25 de Novembro de 2003, relativa ao estatuto dos nacionais de países terceiros residentes de longa duração ⁽¹⁾;
- i) «Nacional de país terceiro», qualquer pessoa que não seja cidadão da União Europeia, na acepção do n.º 1 do artigo 17.º do Tratado, incluindo os apátridas;
- j) «Pedido de protecção internacional», o pedido de protecção internacional na acepção da alínea g) do artigo 2.º da Directiva 2004/83/CE do Conselho, de 29 de Abril de 2004, que estabelece normas mínimas relativas às condições a preencher por nacionais de países terceiros ou apátridas para poderem beneficiar do estatuto de refugiado ou de pessoa que, por outros motivos, necessite de protecção internacional, bem como relativas ao respectivo estatuto, e relativas ao conteúdo da protecção concedida ⁽²⁾;
- k) «Estatuto de refugiado», o estatuto na acepção da alínea d) do artigo 2.º da Directiva 2004/83/CE;
- l) «Estatuto de protecção subsidiária», o estatuto na acepção da alínea f) do artigo 2.º da Directiva 2004/83/CE;
- m) «Membros da família», os familiares na acepção da alínea i) do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 343/2003 do Conselho, de 18 de Fevereiro de 2003, que estabelece os critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de asilo apresentado num dos Estados-Membros por um nacional de um país terceiro ⁽³⁾;
- n) «Protecção temporária», a protecção na acepção da alínea a) do artigo 2.º da Directiva 2001/55/CE do Conselho, de 20 de Julho de 2001, relativa a normas mínimas em matéria de concessão de protecção temporária no caso de afluxo maciço de indivíduos deslocadas e as medidas tendentes a assegurar uma repartição equilibrada do esforço assumido pelos Estados-Membros ao acolherem estas indivíduos e suportarem as consequências decorrentes desse acolhimento ⁽⁴⁾;
- o) «Menor não acompanhado», o menor na acepção da alínea i) do artigo 2.º da Directiva 2004/83/CE;
- p) «Fronteiras externas», as fronteiras na acepção do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 562/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Março de 2006, que estabelece o código comunitário relativo ao regime de passagem de indivíduos nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen) ⁽⁵⁾;
- q) «Recusa de entrada a nacionais de países terceiros», a recusa de entrada nas fronteiras externas por não preenchimento de todas as condições de entrada estabelecidas no n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 562/2006 e não pertencer às categorias de indivíduos referidas no n.º 4 do artigo 5.º desse regulamento;
- r) Nacionais de países terceiros detectados em situação ilegal nacionais de países terceiros que são oficialmente detectados no território de um Estado-Membro e não preenchem, ou deixaram de preencher, as condições de estada ou residência nesse Estado-Membro;
- s) «Reinstalação», a transferência de nacionais de países terceiros ou de apátridas, com base numa avaliação das suas necessidades de protecção internacional e de uma solução durável, para um Estado-Membro, onde são autorizados a residir com um estatuto legal seguro.
2. Os Estados-Membros devem informar a Comissão (Eurostat) sobre a utilização e efeitos prováveis de estimativas ou outros métodos de adaptação das estatísticas baseadas em definições nacionais com o objectivo de respeitar as definições harmonizadas constantes do número anterior.
3. Para o ano de referência 2008, as estatísticas transmitidas à Comissão (Eurostat) por força do presente regulamento podem basear-se em definições alternativas (nacionais). Neste caso, os Estados-Membros devem informar a Comissão (Eurostat) dessas definições alternativas.
4. Se os textos legais a que se faz referência nas definições constantes do n.º 1 não forem vinculativos para um Estado-Membro, este deve transmitir estatísticas comparáveis às exigidas por força do presente regulamento, caso estas possam ser transmitidas ao abrigo de processos legislativos e/ou procedimentos administrativos existentes.

Artigo 3.º

Estatísticas sobre migração internacional, população habitualmente residente e aquisição de nacionalidade

1. Os Estados-Membros devem transmitir à Comissão (Eurostat) estatísticas sobre o número de:
- a) Imigrantes que entram no território de um Estado-Membro, de acordo com as seguintes desagregações:
- i) grupos de nacionalidades, por idade e sexo,
- ii) grupos de países de nascimento, por idade e sexo,
- iii) grupos de países da anterior residência habitual, por idade e sexo;

⁽¹⁾ JO L 16 de 23.1.2004, p. 44.

⁽²⁾ JO L 304 de 30.9.2004, p. 12.

⁽³⁾ JO L 50 de 25.2.2003, p. 1.

⁽⁴⁾ JO L 212 de 7.8.2001, p. 12.

⁽⁵⁾ JO L 105 de 13.4.2006, p. 1.

b) Emigrantes que saem do território do Estado-Membro, de acordo com as seguintes desagregações:

- i) grupos de nacionalidades,
- ii) por idade,
- iii) por sexo,
- iv) grupos de países da futura residência habitual;

c) Indivíduos que possuem a sua residência habitual no território do Estado-Membro, no termo do período de referência de acordo com as seguintes desagregações:

- i) grupos de nacionalidades, por idade e sexo,
- ii) grupos de países de nascimento, por idade e sexo;

d) Indivíduos que têm a sua residência habitual no território do Estado-Membro e que adquiriram, durante o ano de referência, a nacionalidade desse Estado-Membro após terem sido nacionais de um outro Estado-Membro ou de um país terceiro ou possuírem o estatuto de apátridas, desagregados por idade e sexo e pela sua anterior nacionalidade, ou, se for o caso, pelo seu anterior estatuto de apátrida.

2. As estatísticas referidas no número anterior dizem respeito a períodos de referência de um ano civil e devem ser transmitidas à Comissão (Eurostat) no prazo de doze meses a contar do final do ano de referência. O primeiro ano de referência é 2008.

Artigo 4.º

Estatísticas sobre protecção internacional

1. Os Estados-Membros devem transmitir à Comissão (Eurostat) estatísticas sobre o número de:

- a) Indivíduos que tenham apresentado um pedido de protecção internacional ou que estejam incluídas num pedido desta natureza como membros da família durante o período de referência;
- b) Indivíduos cujo pedido de protecção internacional se encontra em apreciação pelas autoridades nacionais competentes no final do período de referência;
- c) Pedidos de protecção internacional retirados durante o período de referência.

Estas estatísticas devem ser desagregadas por idade, por sexo e nacionalidade dos indivíduos em causa. Dizem respeito a períodos de referência de um mês e devem ser transmitidas à Comissão (Eurostat) no prazo de dois meses a contar do final do mês de referência. O primeiro mês de referência é Janeiro de 2008.

2. Os Estados-Membros devem transmitir à Comissão (Eurostat) estatísticas sobre o número de:

- a) Indivíduos abrangidos por decisões de primeira instância de indeferimento de pedidos de protecção internacional proferidas por entidades administrativas ou judiciais durante o período de referência, designadamente decisões que declarem a inadmissibilidade ou a improcedência dos pedidos e decisões proferidas no quadro de processos urgentes ou acelerados;
- b) Indivíduos abrangidos por decisões de primeira instância de concessão ou de revogação do estatuto de refugiado, proferidas por entidades administrativas ou judiciais durante o período de referência;
- c) Indivíduos abrangidos por decisões de primeira instância de concessão ou de revogação do estatuto de protecção subsidiária, proferidas por entidades administrativas ou judiciais durante o período de referência;
- d) Indivíduos abrangidos por decisões de primeira instância de concessão ou de revogação de protecção temporária, proferidas por entidades administrativas ou judiciais durante o período de referência;
- e) Indivíduos abrangidos por outras decisões de primeira instância de concessão ou de revogação de uma autorização de residência por razões humanitárias, ao abrigo da lei nacional em matéria de protecção internacional, proferidas por entidades administrativas ou judiciais durante o período de referência.

Estas estatísticas devem ser desagregadas por idade, por sexo e por nacionalidade dos indivíduos em questão. Dizem respeito a períodos de referência de três meses e devem ser transmitidas à Comissão (Eurostat) no prazo de dois meses a contar do final do período de referência. O primeiro período de referência é de Janeiro a Março de 2008.

3. Os Estados-Membros devem transmitir à Comissão (Eurostat) estatísticas sobre o número de:

- a) Requerentes de protecção internacional que as autoridades nacionais competentes considerem como menores não acompanhados durante o período de referência;
- b) Indivíduos abrangidos por decisões finais de indeferimento de pedidos de protecção internacional, designadamente decisões que declarem a inadmissibilidade ou a improcedência de pedidos e decisões proferidas no quadro de processo urgentes ou acelerados, proferidas por entidades administrativas ou judiciais no âmbito de processos de recurso ou de revisão durante o período de referência;
- c) Indivíduos abrangidos por decisões finais de concessão ou de revogação do estatuto de refugiado proferidas pelas entidades administrativas ou judiciais no âmbito de um procedimento de recurso ou de revisão durante o período de referência;

- d) Indivíduos abrangidos por decisões finais de concessão ou de revogação de protecção subsidiária, proferidas pelas entidades administrativas ou judiciais no âmbito de um procedimento de recurso ou de revisão durante o período de referência;
- e) Indivíduos abrangidos por decisões finais de concessão ou de revogação de protecção temporária, proferidas pelas entidades administrativas ou judiciais no âmbito de um procedimento de recurso ou de revisão durante o período de referência;
- f) Indivíduos abrangidos por outras decisões finais de concessão ou de revogação de autorizações de residência por razões humanitárias ao abrigo da lei nacional em matéria de protecção internacional durante o período de referência, proferidas por entidades administrativas ou judiciais no âmbito de um procedimento de recurso ou de revisão;
- g) Indivíduos a quem tenha sido concedida autorização de residência num Estado-Membro, no quadro de um regime nacional ou comunitário de reinstalação durante o período de referência, caso esse tipo de regime seja aplicado nesse Estado-Membro.

Estas estatísticas devem ser desagregadas por idade, por sexo e por nacionalidade dos indivíduos em causa. Dizem respeito a períodos de referência de um ano civil e devem ser transmitidas à Comissão (Eurostat) no prazo de três meses a contar do final do ano de referência. O primeiro ano de referência é 2008.

4. Os Estados-Membros devem transmitir à Comissão (Eurostat) as seguintes estatísticas relativas à aplicação do Regulamento (CE) n.º 343/2003 e do Regulamento (CE) n.º 1560/2003 da Comissão, de 2 de Setembro de 2003, relativo às modalidades de aplicação do Regulamento (CE) n.º 343/2003 ⁽¹⁾:

- a) O número de pedidos de tomada ou de retoma a cargo de requerentes de asilo;
- b) As disposições em que se baseiam os pedidos referidos na alínea a);
- c) As decisões tomadas em resposta aos pedidos referidos na alínea a);
- d) O número de transferências decorrentes das decisões referidas na alínea c);
- e) O número de pedidos de informações.

Estas estatísticas dizem respeito a períodos de referência de um ano civil e devem ser transmitidas à Comissão (Eurostat) no prazo de três meses a contar do final do ano de referência. O primeiro ano de referência é 2008.

⁽¹⁾ JO L 222 de 5.9.2003, p. 3.

Artigo 5.º

Estatísticas sobre a prevenção de entrada e permanência ilegais

1. Os Estados-Membros devem transmitir à Comissão (Eurostat) estatísticas sobre o número de:

- a) Nacionais de países terceiros a quem tenha sido recusada a entrada no território do Estado-Membro nas fronteiras externas;
- b) Nacionais de países terceiros detectados em situação ilegal no território do Estado-Membro, nos termos da legislação nacional em matéria de imigração.

As estatísticas referentes à alínea a) são desagregadas nos termos do n.º 5 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 562/2006.

As estatísticas referentes à alínea b) são desagregadas por idade, por sexo e por nacionalidade dos indivíduos em causa.

2. As estatísticas referidas no número anterior dizem respeito a períodos de referência de um ano civil e devem ser transmitidas à Comissão (Eurostat) no prazo de três meses a contar do final do ano de referência. O primeiro ano de referência é 2008.

Artigo 6.º

Estatísticas sobre autorizações de residência e permanência de nacionais de países terceiros

1. Os Estados-Membros devem transmitir à Comissão (Eurostat) estatísticas sobre:

- a) O número de autorizações de residência concedidas a nacionais de países terceiros, de acordo com as seguintes desagregações:
 - i) autorizações emitidas durante o período de referência, concedendo ao indivíduo em causa uma autorização de residência pela primeira vez, desagregadas por nacionalidade, por motivo de emissão da autorização e por prazo de validade desta,
 - ii) autorizações emitidas durante o período de referência, concedidas aquando da alteração do estatuto de imigrante ou da razão da estadia do indivíduo em causa, desagregadas por nacionalidade, por motivo de emissão da autorização e por prazo de validade desta,
 - iii) autorizações válidas no termo do período de referência (número de autorizações emitidas, não revogadas nem caducadas), desagregadas por nacionalidade, por motivo de emissão da autorização e por prazo de validade desta;

b) O número de residentes de longa duração no termo do período de referência, desagregados por nacionalidade.

2. Se a legislação ou as práticas administrativas nacionais de um Estado-Membro permitirem a concessão de categorias específicas de vistos de longa duração ou do estatuto de imigrante em vez de autorizações de residência, o número dos vistos e das concessões de estatuto em causa deve ser incluído nas estatísticas previstas no número anterior.

3. As estatísticas referidas no n.º 1 dizem respeito a períodos de referência de um ano civil e devem ser transmitidas à Comissão (Eurostat) no prazo de seis meses a contar do final do ano de referência. O primeiro ano de referência é 2008.

Artigo 7.º

Estatísticas sobre afastamentos

1. Os Estados-Membros devem transmitir à Comissão (Eurostat) estatísticas sobre:

- a) O número de nacionais de países terceiros que se encontram ilegalmente no território do Estado-Membro e que são objecto de decisões administrativas ou judiciais ou de actos que constatem ou declarem a ilegalidade da estada e lhes imponham a obrigação de abandonar o território do Estado-Membro, desagregados por nacionalidade dos indivíduos em questão;
- b) O número de nacionais de países terceiros que tenham efectivamente abandonado o território do Estado-Membro na sequência de decisão administrativa ou judicial ou de qualquer acto referido na alínea anterior, desagregado por nacionalidade dos indivíduos afastados.

2. As estatísticas referidas no número anterior dizem respeito a períodos de referência de um ano civil e devem ser transmitidas à Comissão (Eurostat) no prazo de três meses a contar do final do ano de referência. O primeiro ano de referência é 2008.

3. As estatísticas referidas no n.º 1 não incluem nacionais de países terceiros transferidos de um Estado-Membro para outro ao abrigo do mecanismo estabelecido nos Regulamentos (CE) n.º 343/2003 e (CE) n.º 1560/2003.

Artigo 8.º

Desagregações suplementares

1. A Comissão pode adoptar medidas relativas à definição de desagregações suplementares para as seguintes estatísticas:

- a) Estatísticas exigidas ao abrigo do artigo 4.º no seu conjunto, desagregadas por:
 - i) ano de apresentação do pedido;
- b) Estatísticas exigidas ao abrigo do n.º 4 do artigo 4.º, desagregadas por:
 - i) número de indivíduos a que o pedido, a decisão e a transferência dizem respeito;

c) Estatísticas exigidas ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º, desagregadas por:

- i) idade,
- ii) sexo;

d) Estatísticas exigidas ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º, desagregadas por:

- i) motivos para a detecção,
- ii) local da detecção;

e) Estatísticas exigidas ao abrigo do artigo 6.º, desagregadas por:

- i) ano de concessão da primeira autorização de residência,
- ii) idade,
- iii) sexo;

f) Estatísticas exigidas ao abrigo do artigo 7.º, desagregadas por:

- i) fundamento da decisão ou do acto que impõe uma obrigação de abandonar o território do Estado-Membro,
- ii) idade,
- iii) sexo.

2. As desagregações suplementares referidas no número anterior apenas são transmitidas separadamente, e não cruzadas com as desagregações exigidas ao abrigo dos artigos 4.º a 7.º

3. Ao decidir se são exigidas desagregações suplementares, a Comissão deve analisar a necessidade desta informação para a elaboração e o acompanhamento das políticas comunitárias e deve ter em consideração a disponibilidade das fontes adequadas e os custos envolvidos.

As negociações sobre desagregações suplementares que possam ser necessárias para a aplicação dos artigos 4.º a 7.º têm início até 20 de Agosto de 2009. O primeiro ano de referência para a aplicação das desagregações suplementares é 2010.

Artigo 9.º

Fontes e normas de qualidade

1. As estatísticas baseiam-se nas seguintes fontes, em função da sua disponibilidade no Estado-Membro e de acordo com as legislações e práticas nacionais:

- a) Registos dos processos administrativos e judiciais;
- b) Registos relativos aos processos administrativos;

- c) Registos de população ou de um subgrupo específico dessa população;
- d) Recenseamentos;
- e) Inquéritos por amostragem;
- f) Outras fontes adequadas.

Como parte do processo estatístico, podem ser utilizados métodos estatísticos de estimação, cientificamente fundamentados e bem documentados.

2. Os Estados-Membros devem comunicar à Comissão (Eurostat) as fontes utilizadas, as razões subjacentes à sua escolha os efeitos que as fontes seleccionadas têm na qualidade das estatísticas, e nos métodos de estimação utilizados, mantendo a Comissão (Eurostat) informada das alterações nesse domínio.

3. Os Estados-Membros devem transmitir à Comissão (Eurostat), a pedido desta, todas as informações necessárias para avaliar a qualidade, a comparabilidade e a exaustividade da informação estatística.

4. Os Estados-Membros devem informar imediatamente a Comissão (Eurostat) das revisões ou correcções efectuadas às estatísticas transmitidas ao abrigo do presente regulamento, bem como de quaisquer alterações dos métodos e das fontes utilizados.

5. As medidas relacionadas com a definição dos formatos adequados para a transmissão dos dados devem ser aprovadas pelo procedimento de regulamentação a que se refere o n.º 2 do artigo 11.º

Artigo 10.º

Medidas de implementação

1. As medidas necessárias à execução do presente regulamento estabelecendo as regras relativas aos formatos adequados para a transmissão de dados, como previsto no artigo 9.º, devem ser aprovadas nos termos do procedimento de regulamentação a que se refere o n.º 2 do artigo 11.º
2. As medidas necessárias à execução do presente regulamento e que têm por objectivo alterar elementos não essenciais do mesmo, nomeadamente completando-os, devem ser aprovadas pelo procedimento de regulamentação com controlo a que se refere o n.º 3 do artigo 11.º, e são as seguintes:
 - a) Actualização das definições constantes do n.º 1 do artigo 2.º;

- b) Definição das categorias de grupos de países de nascimento, de países de residência habitual anterior e futura e de grupos de nacionalidades, de acordo com o n.º 1 do artigo 3.º;
- c) Definição das categorias de motivos para a concessão de autorização de residência de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º;
- d) Definição das desagregações suplementares e dos níveis de desagregação a aplicar às variáveis, de acordo com o artigo 8.º;
- e) Definição das regras relativas à precisão e às normas de qualidade.

Artigo 11.º

Comité

1. Na aprovação das medidas de execução, a Comissão é assistida pelo Comité do Programa Estatístico, criado pela Decisão 89/382/CEE, Euratom.

2. Sempre que se faça referência ao presente número, são aplicáveis os artigos 5.º e 7.º da Decisão 1999/468/CE, tendo-se em conta o disposto no seu artigo 8.º

O prazo previsto no n.º 6 do artigo 5.º da Decisão 1999/468/CE é fixado em três meses.

3. Sempre que se faça referência ao presente número, são aplicáveis os n.ºs 1 a 4 do artigo 5.º-A e o artigo 7.º da Decisão 1999/468/CE, tendo-se em conta o disposto no seu artigo 8.º

Artigo 12.º

Relatório

Até 20 de Agosto de 2012 e, posteriormente, de três em três anos, a Comissão apresenta um relatório ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre as estatísticas compiladas de acordo com o presente regulamento e sobre a respectiva qualidade.

Artigo 13.º

Revogação

É revogado o Regulamento (CEE) n.º 311/76.

Artigo 14.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Estrasburgo, em 11 de Julho de 2007.

Pelo Parlamento Europeu
O Presidente
H.-G. PÖTTERING

Pelo Conselho
O Presidente
M. LOBO ANTUNES